

SUBSTITUTO DE BARBOSA

# Simão vai para o Planejamento

Controlador-geral da União (CGU) desde janeiro, novo ministro é auditor fiscal e servidor da Receita

**B**rasília – O ministro Valdir Simão, chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), vai assumir o Ministério do Planejamento, durante o anúncio da medida provisória que trata dos acordos de leniência. Simão foi chamado de “controlador-geral da República”. Ele agradeceu a “promoção”, antes de começar a explicar os detalhes da MP.

Entre 2007 e 2008, Simão ocupou o cargo de secretário-adjunto da Receita. Por duas vezes ocupou a presidência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo a primeira de 2005 a 2007, e, depois, de 2008 a 2010. Em 2011, foi secretário da Fazenda do Distrito Federal. De 2011 a 2013, foi secretário-executivo do Ministério do Turismo. Em fevereiro de 2014, assumiu o posto de secretário-executivo da Casa Civil, tendo coordenado o Gabinete Digital da Presidência da República.

Foi ainda o coordenador do trabalho que identificou o responsável que, dentro do Planalto, fez a alteração dos perfis dos jornalistas Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg na Wikipedia. Os perfis foram alterados para criticar os dois jornalistas.

Foi ainda o coordenador do trabalho que identificou o responsável que, dentro do Planalto, fez a alteração dos perfis dos jornalistas Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg na Wikipedia. Os perfis foram alterados para criticar os dois jornalistas.



EVARISTO SÁ / AFP / CP

Simão foi convidado para o cargo após solenidade no Palácio do Planalto

Simão assumiu a CGU em janeiro deste ano e quase perdeu o cargo, durante a redução dos ministérios. O grau de responsabilidade do ministro em declarar empresas envolvidas em irregularidades fez com que a presidente mudasse de ideia, que era defendida por Barbosa. Ontem, antes da sua indicação para o

FITCH

## Brasil e Peru no campo negativo

**São Paulo** – A agência de classificação de risco Fitch publicou ontem um relatório sobre as perspectivas para as corporações latino-americanas em 2016. A situação do Brasil e do Peru “permanece extremamente negativa para as empresas”.

No relatório – que também cita Chile, Colômbia e México – Joe Bormann, diretor da Fitch, diz que a agência “projeta que os rebaixamentos vão ultrapassar as elevações de ratings em uma escala de 10 para 1 no Brasil e de 5 para 1 no Peru”. E acrescentou: “A turbulência política no Brasil ainda é um obstáculo negativo que vai pesar sobre a melhora das perspectivas de consumo e negócios”.

**direto ao ponto**

### Oi leva tecnologia 3G a mais 53 municípios

■ A Oi tem investido na expansão de sua rede na Região Sul. Em 2015, foram gastos mais de R\$ 379 milhões. Em novembro, a cobertura 3G chegou a mais 53 municípios gaúchos, catarinenses e paranaenses. Já a tecnologia 4G é oferecida em Porto Alegre, Caxias do Sul, Florianópolis, Joinville, Curitiba e Londrina. A Oi tem 5,1 milhões de clientes na telefonia móvel, 83% pré-pagos.

### Negociações do piso regional sem acordo

■ Representantes das centrais sindicais e do setor empresarial não chegaram ontem, mais uma vez, a um acordo em relação ao índice de reajuste do piso regional. As propostas de ambos os lados divergiram, apesar da mediação do governo do Estado. Os trabalhadores pedem reajuste de 11,55%. Os empresários querem um índice composto pela inflação menos o PIB: entre 7% e 8%.

IBC-BR

## Índice confirma recessão no país

**Brasília** – Pela oitava vez consecutiva, em outubro, o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) teve queda em relação ao mês anterior. Apenas em fevereiro houve alta. Para economistas do setor privado, o IBC-Br confirma cenário de recessão acentuada no país e a contaminação cada vez maior da baixa atividade para o ano que vem.

Em outubro, o indicador, uma espécie de prévia do PIB, recuou 0,63% sobre setembro. Com isso, chegou a 138,17 pontos pela série com ajustes sazonais, o menor patamar desde agosto de 2010. “As condições para 2016 estão bastante comprometidas”, diz a professora da FGV e membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Celina Ramalho.

FUNDOPEM

## Sindicatos prometem reagir à decisão de juiz

A Justiça indeferiu o pedido liminar da ação civil pública protocolada por sindicatos que cobram do governo do Estado a transparência dos dados sobre os incentivos fiscais concedidos pelo Fundo Operação Empresa do Estado (Fundopem) e programa Integrar/RS. A decisão foi publicada ontem pelo juiz Rogério Delatorre, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central. Os autores vão entrar com recurso tão logo termine o recesso do Judiciário, em 20 de janeiro.

Para o juiz, a abertura dos dados do Fundo e empresas beneficiadas contraria o direito do “sigilo fiscal”. Para os sindicatos, há “inúmeros elementos para rebater esta decisão”. O presidente da Federação Nacional

das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenaste), Amauri Perusso, defende que, se as empresas usam recursos públicos por meio de incentivos fiscais, o público tem direito de saber quais os benefícios concedidos e quais as contrapartidas. “Não é razoável que se discuta sigilo fiscal depois de firmado o contrato.”

O presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do RS (Ceape Sindicato), Josué Martins, diz que o Estado não fornece números para que os auditores gerem avaliação. “Em 2013, cerca de R\$ 2,6 bilhões deixaram de ser arrecadados em benefícios fiscais; só o Fundopem correspondeu a 11%”, revelou Martins.

CARTÕES

## Transações em R\$ 1 trilhão

**Brasília** – As transações com cartões de crédito e débito no país devem chegar a R\$ 1,08 trilhão em 2015, projeta a Associação das Empresas de Cartões (Abecs), o que representa crescimento de 8,8% ante o valor de 2014. Para o próximo ano, a associação espera avanço de 6,5%, o que totalizaria R\$ 1,15 trilhão em compras. Pelo levantamento da Abecs, os brasileiros movimentaram R\$ 267,8 bilhões em compras com cartões de crédito e débito apenas no terceiro trimestre deste ano, alta de 8,1% ante o mesmo período do ano passado. A Região Centro-Oeste teve a maior elevação (12,5%) no valor negociado com os cartões no terceiro trimestre. Em seguida vêm as Regiões Sul (10,8%) e Norte (10,7%).

## INDICADORES

### IPCA-15 acumula 10,71% no ano

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou alta de 1,18% em dezembro após subir 0,85% em novembro, informou o IBGE. O indicador acumula elevação de 10,71% no ano, a maior desde 2002, quando o índice alcançou 11,99%.

#### IBOVESPA (18/12)

Queda de 2,98% (43.910 pontos)

Itaú Unibanco PN	R\$ 26,94	-5,77%
Petrobras PN	R\$ 7,00	-2,78%
Bradesco PN	R\$ 19,65	-3,82%
Ambev ON	R\$ 17,80	-1,93%
Petrobras ON	R\$ 8,67	-1,70%
Vale PNA	R\$ 10,34	+1,08%
BRF SA ON	R\$ 57,32	-0,05%
Vale ON	R\$ 12,81	+0,55%
Itaúsa PN	R\$ 7,14	-4,93%
Cielo ON	R\$ 34,52	-4,32%
JBS ON	R\$ 12,49	-0,48%
Global 40	855,865 centavos de dólar	+0,54%

#### DÓLAR | compra, venda

■ TURISMO	18/12: R\$ 3,9930 e R\$ 4,1030
	17/12: R\$ 3,8370 e R\$ 4,0700
■ PTAX	18/12: R\$ 3,9056 e R\$ 3,9062
	17/12: R\$ 3,8923 e R\$ 3,8929

#### ■ COMERCIAL À VISTA/BALCÃO

18/12: R\$ 3,9603 e R\$ 3,9614
17/12: R\$ 3,8922 e R\$ 3,8934

#### ■ PARALELO

18/12: R\$ 4,0000 e R\$ 4,1200
17/12: R\$ 3,9900 e R\$ 4,0900

#### ■ EURO E OURO | BMF

18/12: R\$ 4,463/cotação venda
18/12: R\$ 133,99/grama (+2,44%)

#### TAXAS

Selic: R\$ 14,25%
TJLP: 7%
Básica Financeira/Referencial
TBF (17/12 a 17/01): 1,0086%
TR (17/12 a 17/01): 0,1473%

#### POUPANÇA

19/12: 0,6868%
20/12: 0,6864%
21/12: 0,6591%
22/12: 0,6876%
23/12: 0,6882%

#### SALÁRIOS

Mínimo nacional	R\$ 788,00
Mínimo regional	
Faixas e valores que vigoram desde 1º de fevereiro de 2015	
1º: R\$ 1.006,88	
2º: R\$ 1.030,06	
3º: R\$ 1.053,42	
4º: R\$ 1.095,02	
5º: R\$ 1.276,00	

#### IRPF |

Faixas de Renda	
Ano-calendário 2015 até março	
■ Isento até R\$ 1.787,77	
■ 7,5%, dedução de R\$ 134,08: R\$ 1.787,78 a R\$ 2.679,29	
■ 15%, dedução de R\$ 335,03:	

R\$ 2.679,30 a R\$ 3.572,43

■ 22,5%, dedução de R\$ 602,96: R\$ 3.572,44 a R\$ 4.463,81

■ 27,5%, dedução de R\$ 826,15: Acima de R\$ 4.463,81

#### Ano-Calendário 2015 a partir de abril

■ Isento até R\$ 1.903,98
■ 7,5%, dedução de R\$ 142,80: R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65
■ 15%, dedução de R\$ 354,80: R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05
■ 22,5%, dedução de R\$ 636,13: R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68
■ 27,5%, dedução de R\$ 869,36: Acima de R\$ 4.664,68

#### CONTRIBUIÇÃO | INSS

Assalariado	
Até R\$ 1.399,12: 8%	
De R\$ 1.399,13 até R\$ 2.331,88: 9%	
De R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75 (teto): 11%	
Autônomo	
De 20% do mínimo de R\$ 788,00 (R\$ 157,60) a 20% do teto de R\$ 4.663,75 (R\$ 932,75)	

#### CESTA BÁSICA | Último mês

■ Dieese (novembro): R\$ 404,62, alta de 6,26%/mês e alta de 18,1%/12 meses
■ Iepe/Ufrgs (novembro): R\$ 708,00, alta de 1,3%/mês e alta de 14,06%/12 meses

#### INFLAÇÃO | Índices

Último mês divulgado	
IPCA/IBGE (novembro): 1,01%	
INPC/IBGE (novembro): 1,11%	
IGP-M/FGV (novembro): 1,52%	
Acumulado em 12 meses	
IPCA/IBGE: 10,48%	
INPC/IBGE: 10,97%	
IGP-M/FGV: 10,69%	

#### INCC-M e IGP-DI | FGV

INCC-M (novembro): 0,4%
Acumulado 12 meses: 7,36%
IGP-DI (novembro): 1,19%
Acumulado 12 meses: 10,64%

FONTES: Agência Estado, BC, Bovespa, Dieese, FGV, Fipe, IBGE, RF, INSS e Ufrgs